



# BANCO TRICURY S.A.

# BANCO TRICURY S.A.

C.N.P.J. n.º 57.839.805/0001-40

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis do Banco Tricury S.A. (Banco) relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional. As Demonstrações

Contábeis se referem à instituição individual. Em 2021, as operações do Banco se concentraram na captação de recursos através da emissão de Certificados de Depósitos Bancários e Letras de Crédito Imobiliário e nos Empréstimos para empresas de pequeno e médio porte, com a garantia da alienação fiduciária de imóveis. A carteira de crédito encerrou o exercício social de 2021 em R\$ 310.872 mil, os recursos captados em R\$ 431.411 mil, o Patrimônio Líquido em

R\$ 250.320 mil e o Lucro Líquido em R\$ 22.718 mil. O Banco manteve a sua linha de atuação com foco na alta liquidez, com índice de Basileia de 50,19% e índice de liquidez corrente de 2,71. A política de gestão corporativa está alinhada com as melhores práticas de mercado, sempre na busca do aprimoramento do modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e princípios da ética, da transparência, do respeito e da responsabilidade na condução dos

negócios. No exercício social de 2021 não tivemos nenhuma reorganização societária ou administrativa no Banco e mantivemos praticamente o mesmo número de colaboradores do ano anterior. Agradecemos aos nossos clientes pela confiança depositada e a nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na condução dos negócios.

São Paulo, 02 de março de 2022. A Administração

## Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em milhares de reais)

	2021	2020	PASSIVO	2021	2020
<b>Ativo Circulante</b> .....	<b>530.047</b>	<b>484.994</b>	<b>Passivo Circulante</b> .....	<b>195.413</b>	<b>134.106</b>
<b>Disponibilidades</b> .....	<b>191</b>	<b>241</b>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b> .....	<b>180.849</b>	<b>110.401</b>
<b>Instrumentos financeiros</b> .....	<b>470.121</b>	<b>428.729</b>	• Depósitos (nota 10).....	36.218	12.554
• Aplicações Interfinanceiras de liquidez (nota 3).....	299.102	266.392	• Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 11).....	141.609	97.103
• Títulos e valores mobiliários (nota 3).....	-	6.616	• Obrigações por repasses (nota 12).....	3.022	744
• Operações de crédito (nota 4).....	171.019	155.721	<b>Provisões (nota 13)</b> .....	<b>2.584</b>	<b>2.453</b>
<b>(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b> .....	<b>(2.103)</b>	<b>(2.408)</b>	<b>Obrigações fiscais correntes (nota 14)</b> .....	<b>11.689</b>	<b>14.243</b>
• (-) Operações de crédito (nota 5).....	(2.103)	(2.408)	<b>Outros passivos (nota 15)</b> .....	<b>291</b>	<b>7.009</b>
<b>Ativos fiscais correntes (nota 6)</b> .....	<b>3.701</b>	<b>3.263</b>	<b>Passivo Não Circulante</b> .....	<b>253.584</b>	<b>266.057</b>
<b>Outros valores e bens (nota 8)</b> .....	<b>41.524</b>	<b>49.030</b>	<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b> .....	<b>253.584</b>	<b>266.057</b>
<b>Outros ativos (nota 9)</b> .....	<b>16.613</b>	<b>6.139</b>	• Depósitos (nota 10).....	179.806	220.337
<b>Ativo Não Circulante</b> .....	<b>169.284</b>	<b>155.136</b>	• Recursos de letras de crédito imobiliário (nota 11).....	73.778	45.720
<b>Realizável a longo prazo</b> .....	<b>169.070</b>	<b>154.825</b>	<b>Resultado de Exercícios Futuros</b> .....	<b>14</b>	<b>105</b>
<b>Instrumentos Financeiros</b> .....	<b>139.853</b>	<b>136.183</b>	<b>Patrimônio Líquido (nota 21)</b> .....	<b>250.320</b>	<b>239.862</b>
• Operações de crédito (nota 4).....	139.853	136.183	• Capital social.....	215.000	189.000
<b>(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito</b> .....	<b>(1.703)</b>	<b>(1.671)</b>	• Reservas de lucros.....	35.320	50.862
• (-) Operações de crédito (nota 5).....	(1.703)	(1.671)	<b>Total do Passivo</b> .....	<b>699.331</b>	<b>640.130</b>
<b>Ativos fiscais diferidos (nota 7)</b> .....	<b>1.902</b>	<b>2.016</b>			
<b>Outros ativos (nota 9)</b> .....	<b>29.018</b>	<b>18.297</b>			
<b>Imobilizado de uso</b> .....	<b>987</b>	<b>986</b>			
<b>Intangível</b> .....	<b>98</b>	<b>98</b>			
<b>(-) Depreciações e amortizações</b> .....	<b>(871)</b>	<b>(773)</b>			
<b>Total do Ativo</b> .....	<b>699.331</b>	<b>640.130</b>			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)

	Capital realizado	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutárias		
<b>2º SEMESTRE DE 2021</b>					
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b> .....	<b>215.000</b>	<b>533</b>	<b>24.862</b>	<b>4.344</b>	<b>244.739</b>
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	12.061	12.061
Destinações:					
Reserva legal.....	-	603	-	(603)	-
Reserva estatutária.....	-	-	9.322	(9.322)	-
Dividendos (R\$ 1,24/lote de mil ações).....	-	-	-	(480)	(480)
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	(6.000)	(6.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>215.000</b>	<b>1.136</b>	<b>34.184</b>	<b>250.320</b>	<b>699.331</b>
Mutações do 2º semestre de 2021.....	-	603	9.322	(4.344)	5.581
<b>EXERCÍCIO DE 2021</b>					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> .....	<b>189.000</b>	<b>3.505</b>	<b>47.357</b>	-	<b>239.862</b>
Aumento de capital:					
Com reservas de lucros.....	26.000	(3.505)	(22.495)	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	22.718	22.718
Destinações:					
Reserva legal.....	-	1.136	-	(1.136)	-
Reserva estatutária.....	-	-	9.322	(9.322)	-
Dividendos (R\$ 2,48/lote de mil ações).....	-	-	-	(960)	(960)
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	(11.300)	(11.300)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>215.000</b>	<b>1.136</b>	<b>34.184</b>	<b>250.320</b>	<b>699.331</b>
Mutações do exercício de 2021.....	26.000	(2.369)	(13.173)	-	10.458
<b>EXERCÍCIO DE 2020</b>					
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b> .....	<b>189.000</b>	<b>2.308</b>	<b>33.469</b>	-	<b>224.777</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	23.945	23.945
Destinações:					
Reserva legal.....	-	1.197	-	(1.197)	-
Reserva estatutária.....	-	-	14.748	(14.748)	-
Dividendos (R\$ 2,22/lote de mil ações).....	-	-	(860)	-	(860)
Juros sobre capital próprio.....	-	-	-	(8.000)	(8.000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> .....	<b>189.000</b>	<b>3.505</b>	<b>47.357</b>	<b>239.862</b>	<b>699.331</b>
Mutações do exercício de 2020.....	-	1.197	13.888	-	15.085

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** O Banco Tricury S.A. ("Banco" ou "Instituição") foi formado em banco múltiplo em 10 de novembro de 1990, na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliado no Brasil, situado à Avenida Paulista, 37 – 17º. Andar – cj 171, CEP 01311-000, São Paulo/SP, atua operando as carteiras de investimentos e de crédito, financiamento e investimento.

**2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas:** **2.1. Base de apresentação:** As demonstrações contábeis se referem à instituição individual, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) recepcionados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão substanciados no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Com o intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações contábeis entre o padrão contábil previsto no COSIF em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central do Brasil através das Resoluções CMN nº 4.720/19 e nº 4818/20, regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis e através da Resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram a ser aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2021. As principais alterações implementadas foram as contas de balanço patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade, sendo este procedimento aplicado para as demonstrações contábeis dos valores correspondentes ao período anterior, os quais estão sendo apresentados para fins de comparação. Também de acordo com a referida Resolução, o Banco está apresentando como demonstração contábil obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre períodos. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para demandas judiciais, perdas por redução ao valor recuperável de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos para negociação, ativos não financeiros e outras provisões. As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuração a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis a seguir. As demonstrações contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Administração em 02 de março de 2022. **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para contabilização das operações e elaboração das demonstrações contábeis são: **2.2.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, reservas livres em espécie no Banco Central do Brasil (apresentados como disponibilidades no balanço patrimonial), aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários imediatamente conversíveis ou com prazo original igual ou inferior a 90 (noventa) dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **2.2.2. Instrumentos financeiros: Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **Títulos e valores mobiliários:** De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: a. Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período; b. Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação ou como mantidos até o vencimento. Os ganhos e perdas não realizados são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido

dos efeitos tributários, sob o título de "ajustes de avaliação patrimonial"; e c. Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles em que há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. **Operações de crédito:** As operações pré-fixadas foram registradas pelo valor do principal e os respectivos encargos, e retificadas pela conta correspondente de rendas a apropriar. As operações pós-fixadas são registradas pelo valor do principal, acrescido dos rendimentos auferidos ou encargos incorridos, calculados "pro rata dia" e as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). As operações classificadas como nível "H" (100% de provisão) permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas no mínimo no mesmo nível em que estavam classificadas, exceto quando eventos e condições indiquem e evidenciem amortização relevante da dívida e melhoras de garantias, conforme previsto pela Resolução CMN nº 2.682/99. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão existente e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **Depósitos, captações no mercado e recursos de letras de crédito imobiliário:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata dia". **2.2.3. Ativos fiscais diferidos:** Os ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, sendo os seus efeitos registrados na rubrica "Ativos fiscais diferidos" com reflexo no resultado do período. **2.2.4. Outros valores e bens:** Representados substancialmente por bens não de uso próprio recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda. São ajustados ao valor de mercado quando este for menor que o custo contabilizado, por meio de constituição de provisão para desvalorização. **2.2.5. Redução do valor recuperável de ativos:** A Administração do Banco revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **2.2.6. Provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25. a. Contingências ativas: não são reconhecidas nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. Não existem contingências ativas para 31 de dezembro de 2021; b. Contingências passivas: são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos, são divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; c. Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **2.2.7. Provisão para garantias financeiras prestadas:** A constituição de provisão para garantias financeiras prestadas é baseada na avaliação quanto à probabilidade de desembolsos futuros vinculados as garantias, com base em informações e critérios consistentes, sendo suficiente para cobertura das perdas prováveis, de acordo com a Resolução CMN nº 4.512/2016. **2.2.8. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores

## Demonstrações do Resultado (Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Exercícios findos em		
	2º Semestre	31 de dezembro	2020
<b>Receitas da intermediação financeira</b> .....	<b>37.291</b>	<b>64.805</b>	<b>55.890</b>
• Operações de crédito.....	28.902	53.450	47.792
• Resultado de operações com títulos e valores mobiliários.....	8.389	11.355	8.098
<b>Despesas da intermediação financeira</b> .....	<b>(11.812)</b>	<b>(18.435)</b>	<b>(8.842)</b>
• Operações de captação no mercado.....	(12.922)	(17.661)	(10.748)
• (Provisão)/reversão de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (nota 5).....	1.110	(774)	1.906
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b> .....	<b>25.479</b>	<b>46.370</b>	<b>47.048</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b> .....	<b>(13.693)</b>	<b>(25.933)</b>	<b>(19.703)</b>
• Receitas de prestação de serviços.....	9	119	389
• Rendas de tarifas bancárias.....	22	60	126
• Despesas de pessoal (nota 16).....	(6.559)	(12.439)	(12.103)
• Outras despesas administrativas (nota 17).....	(5.540)	(8.718)	(4.429)
• Despesas tributárias.....	(4.087)	(5.413)	(2.680)
• Outras receitas operacionais.....	2.618	2.759	453
• Outras despesas operacionais.....	(156)	(2.301)	(1.459)
<b>Resultado operacional</b> .....	<b>11.786</b>	<b>20.437</b>	<b>27.345</b>
<b>Resultado não operacional (nota 19)</b> .....	<b>5.956</b>	<b>12.387</b>	<b>10.105</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b> .....	<b>17.742</b>	<b>32.824</b>	<b>37.450</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social (nota 18)</b> .....	<b>(5.681)</b>	<b>(10.106)</b>	<b>(13.505)</b>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b> .....	<b>12.061</b>	<b>22.718</b>	<b>23.945</b>
Lucro líquido por lote de mil ações (em reais).....	31,20	58,77	61,95

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstrações do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)

	Exercícios findos em		
	2º Semestre	31 de dezembro	2020
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b> .....	<b>12.061</b>	<b>22.718</b>	<b>23.945</b>
Outros resultados abrangentes.....	-	-	-
<b>Total do lucro abrangente do semestre/exercício</b> .....	<b>12.061</b>	<b>22.718</b>	<b>23.945</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. **2.2.9. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para Imposto de Renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R\$ 240. A Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 elevou a alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% com vigência a partir de 1º de março de 2020 e a Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021 elevou a alíquota da Contribuição Social de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021. A partir de 1º de janeiro de 2022 a alíquota da Contribuição Social será de 20% de acordo com esta Medida Provisória. **2.2.10. Resultado por ação:** É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações contábeis. **2.2.11. Auração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata dia" para as de natureza financeiras. As rendas e os encargos são apropriados em razão da fluência de seus prazos. **2.2.12. Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão, compostos por: • Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base de autorização para sua emissão; e • Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

**3. Caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	2021	2020
Disponibilidades.....	191	241
Aplicações interfinanceiras de liquidez (a).....	299.102	266.392
Títulos e valores mobiliários (b).....	-	6.616
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b> .....	<b>299.293</b>	<b>273.249</b>

(a) **Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez correspondem a aplicações no mercado aberto e depósitos interfinanceiros com vencimento até 3 meses, e estão compostos como segue:

	2021	2020
Aplicações no mercado aberto - posição bancada		
- Letras Financeiras do Tesouro.....	15.083	15.012
- Letras do Tesouro Nacional.....	271.861	239.341
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
- Não ligadas.....	12.158	12.039
<b>Total</b> .....	<b>299.102</b>	<b>266.392</b>

(b) **Títulos e valores mobiliários**  
Os títulos e valores mobiliários são livres e correspondem a cotas do fundo de investimentos Safra Absoluto 30 FIC Multimercado, classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Durante o período não foram efetuadas reclassificações de títulos e valores mobiliários entre outras categorias evidenciadas pela nota explicativa 2.2.3.

**4. Operações de crédito:** A composição da carteira de crédito é demonstrada como segue:

	2021	2020
<b>a) Por tipo de operações</b>		
<b>Ativo circulante</b>		
Empréstimos e títulos descontados.....	171.019	155.721
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(2.103)	(2.408)
	168.916	153.313
<b>Ativo não circulante</b>		
Empréstimos e títulos descontados.....	139.853	136.183
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(1.703)	(1.671)
	138.150	134.512

...continuação

**BANCO TRICURY S.A. - C.N.P.J. nº 57.839.805/0001-40**

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Matéria	Perda provável				Perda possível			
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Processos cíveis...	2	1	1	1	18.096	17.577	56	53
Processos trabalhistas.....	14	12	1	1	-	-	-	-
Processos fiscais..	78	63	1	1	1.676	1.515	2	2
<b>Total.....</b>	<b>94</b>	<b>76</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>19.772</b>	<b>19.092</b>	<b>58</b>	<b>55</b>

A composição e movimentação das provisões para contingências é a seguir demonstrada:

Matéria	2020	Adição	Baixa	2021
Cível.....	1	1	-	2
Trabalhista.....	12	2	-	14
Tributária.....	1.578	176	-	1.754
<b>Total.....</b>	<b>1.591</b>	<b>179</b>	<b>-</b>	<b>1.770</b>

**14. Obrigações fiscais correntes**

	2021	2020
Provisão de IRPJ e CSLL.....	9.992	12.412
Impostos e contribuições a recolher.....	1.697	1.831
<b>Total.....</b>	<b>11.689</b>	<b>14.243</b>

**15. Outros passivos:** Em 31/12/2020 o saldo de "Outros passivos" no montante de R\$ 7.009 refere-se basicamente a juros sobre o capital próprio a pagar aos acionistas no valor de R\$ 6.800.

**16. Despesas de pessoal**

	2021	2020
Proventos.....	7.504	7.383
Encargos sociais.....	2.505	2.402
Benefícios.....	1.544	1.464
Outros.....	886	854
<b>Total.....</b>	<b>12.439</b>	<b>12.103</b>

**17. Outras despesas administrativas**

	2021	2020
Aluguéis e condomínio.....	1.462	1.426
Processamento de dados.....	828	745
Serviços do sistema financeiro.....	550	565
Serviços técnicos especializados.....	2.380	646
Outras.....	3.498	1.047
<b>Total.....</b>	<b>8.718</b>	<b>4.429</b>

**18. Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2021	2020
Apuração de Imposto de Renda /Contribuição Social Resultado do período antes		
da tributação sobre o lucro.....	32.825	37.449
Juros sobre o capital próprio.....	(11.300)	(8.000)
Adições.....	2.143	2.388
Exclusões.....	(2.240)	(3.657)
Valor do lucro real.....	21.428	28.190
Imposto de Renda a alíquota de 15%.....	(3.050)	(4.227)
Adicional de Imposto de Renda a alíquota de 10% ...	(2.119)	(2.794)
Contribuição Social - alíquota vide nota 2.2.13.....	(4.823)	(5.391)
Ativos fiscais diferidos.....	(114)	(1.093)
<b>Total de despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social.....</b>	<b>(10.106)</b>	<b>(13.505)</b>

**19. Resultado não operacional:** Refere-se majoritariamente ao resultado obtido na alienação dos bens não de uso e de taxa de ocupação de imóvel registrados em Outros Valores e Bens.

**20. Transação com partes relacionadas:** O Banco e suas empresas coligadas mantêm transações entre si. As transações envolvendo partes relacionadas são realizadas em condições de mercado no tocante a encargos e prazos. Os saldos destas transações são a seguir demonstrados:

	Passivo		Despesas de captação	
	Relações interdependências	Depósitos a prazo	Exercícios findos em	
	2021	2020	2020	2021 2020
Omega Administração e Particip.Ltda.....	17	23	757	2.440 39 56
JSGJ Participações Ltda	4	5	332	627 42 10
Tricury Armazéns Ltda....	6	12	4.449	11.945 421 304
Miura Empreendimentos Imob. Ltda.....	12	5	38	36 2 1
JJ Andre de Almeida Empreend. Imob. Ltda..	-	-	187	393 4 11
SB Log SPE Ltda.....	107	-	-	- - -
Accoe Empreendimentos Imob. Spe.....	7	-	-	- - -
Trisul Participações S/A.....	-	-	98.122	96.044 3.745 3.375
<b>Total.....</b>	<b>153</b>	<b>45</b>	<b>103.885</b>	<b>111.485 4.253 3.757</b>

	Operações de crédito		Receita de operações	
	2021	2020	2021	2020
Empréstimos.....	6.695	10.015	743	446
<b>Total.....</b>	<b>6.695</b>	<b>10.015</b>	<b>743</b>	<b>446</b>

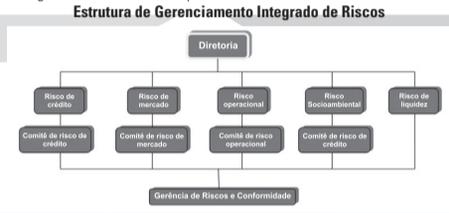
**Remuneração dos administradores:** Os administradores do Banco são remunerados por meio de salários e registrados sob o regime CLT e estão apresentados na rubrica "Despesas de pessoal", no resultado do período. O salário atribuído no exercício ao pessoal chave da Administração corresponde a R\$ 786 (R\$ 751 em 2020). O Banco não concede planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, outros benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para a Diretoria e Administração.

**21. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O Capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 386.552.410 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal (386.552.410 em 2020). **b) Reservas de lucros:** A Reserva legal é constituída a taxa de 5% sobre o lucro líquido até atingir o limite fixado em lei, e o saldo remanescente destinado a reservas estatutárias, ficando a disposição da Assembleia Geral. **c) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** O Capital é remunerado por meio da distribuição de dividendo mínimo obrigatório, previsto no estatuto, de 50% sobre o lucro líquido ajustado do período. A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria e à Assembleia Geral de Acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Banco realizou distribuição

de dividendos que totalizaram R\$ 960 (R\$ 860 em 2020) e creditou a remuneração do capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 11.300 (R\$ 8.000 em 2020).

**22. Resultado não recorrente:** Considera-se resultado não recorrente o resultado que não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O Banco não possui resultado não recorrente no período.

**23. Outras informações: a) Acordo de Basileia – limite operacional:** O Banco encontra-se enquadrado nos limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido requeridos pela Resolução CMN nº 2.099/94 que versa sobre o Acordo de Basileia e atualizada com o Novo Acordo de Capital (Basileia II), cuja apuração do Patrimônio de referência e do Patrimônio de referência exigido foram alteradas pelas Resoluções CMN nºs 4.192/13 e 4.193/13. O índice de Basileia Amplo do Banco corresponde a 50,19% (48,56% em 2020). **b) Gerenciamento contínuo e integrado de riscos e capital: i)** Em atendimento à Resolução CMN nº 4557/17 e em conformidade com o seu segmento (S4) o Banco implementou estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos e estrutura de gerenciamento contínuo de capital. Essa estrutura é compatível com a exposição aos riscos assumidos pelo Banco e prevê o gerenciamento integrado e contínuo dos seguintes riscos associados: **Risco de Crédito:** Risco associado à possibilidade do tomador não honrar suas obrigações nos termos dos contratos bem como a insuficiência da garantia em liquidar os débitos existentes. **Risco de Mercado:** Risco de ocorrência de perdas resultantes da flutuação das taxas de juros acarretando redução dos valores de mercado das posições assumidas. **Risco Operacional:** Possibilidade de perdas financeiras devido a impactos resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, de eventos externos, inadequação ou deficiência de contratos, descumprimento de dispositivos legais e indenização por danos a terceiros. **Risco de Liquidez:** O risco de liquidez está associado à possibilidade de insuficiência de recursos (entradas de caixa) para cobrir as obrigações (saídas de caixa) da instituição no horizonte temporal analisado. Pelas características das operações realizadas pela instituição, o risco Sócioambiental é contemplado em nossas políticas, porém não representa risco considerado como relevante. Todas as políticas de gerenciamento de riscos da Instituição são aprovadas pela Diretoria e encontram-se divulgadas em nosso site corporativo.



**Gerenciamento de capital:** A gestão de capital faz parte do sistema de avaliação de riscos da Instituição, efetuado com o intuito de manter o capital em nível suficiente para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. A suficiência de capital deve abranger, além do capital regulatório, previsto no Pilar I de Basileia conhecido como PRE (Patrimônio de Referência Exigido), o Capital Adicional, previsto no Pilar II e que considera diversos outros riscos, tais como: a) Risco de liquidez e inadimplência; b) Risco de concentração. Outra função importante do gerenciamento de capital é assegurar que a instituição mantenha, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) compatível com os riscos assumidos, representado pelo PRE (Patrimônio de Referência Exigido). O PRE é calculado considerando, no mínimo, a soma das seguintes parcelas:

$$PRE = Pepr + Pjur + Pacs + Pcom + Pcam + Popr$$



**ii) Instrumentos financeiros:** O Banco mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade dos seus ativos. Desta forma possui procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos seus instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às práticas no mercado. O Banco não possui posições ou transações com instrumentos financeiros derivativos a serem informadas. O gerenciamento desses riscos é efetuado por meio de controles que permitem o acompanhamento diário das operações, quanto às diretrizes e aos limites estabelecidos pela Administração do Banco, sendo que não estão previstas em suas políticas operações que não objetivem "hedge" de suas posições ativas e passivas. Durante o ano de 2021 o Capital apurado foi suficiente para a manutenção dos níveis de risco assumidos pela Instituição. Caso o Capital se aproxime de níveis considerados insuficientes, nosso Plano de Capital prevê providências de contingenciamento. **c) Impactos da pandemia decorrente do COVID 19 (Coronavírus):** O Banco vem tomando todas as medidas e cuidados para minimizar os efeitos decorrentes da pandemia do COVID19. Não tivemos efeitos relevantes no resultado do período, na carteira de operações de crédito ou em qualquer outro negócio do Banco decorrentes do COVID19. **d) Análise de sensibilidade:** O Banco não possui incertezas nas estimativas de ativos e passivos cujos valores contábeis possam sofrer alterações significativas no próximo exercício social. O Banco não efetuou remuneração do capital declarada ou proposta que não configure obrigação presente. **24. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes que requeressem ajustes contábeis ou divulgação.

**A Diretoria**

**Contador: Rogério Dias - CRC 1SP 180.027/O-0**

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

Aos Acionistas e Administradores do **Banco Tricury S.A.** São Paulo – SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Banco Tricury S.A.** ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Banco Tricury S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, o Banco possui operações com partes relacionadas de operações de crédito no montante de R\$ 13.390 mil, obtendo receita com essa operação no montante de R\$ 1.486 mil, depósito a prazo no montante de

R\$ 103.885 mil, incorreu em despesas com captação com partes relacionadas no montante de R\$ 4.253 mil. Nossa opinião não contém ressalva em decorrência desse assunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou ces-

sar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficá-

cia dos controles internos do Banco; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2022.

**BDO**  
**BDO RCS Auditores Independentes SS Ismael Nicomedio dos Santos**  
**CRC 2 SP 013846/O-1 Contador CRC 1 SP 263668/O-4**

